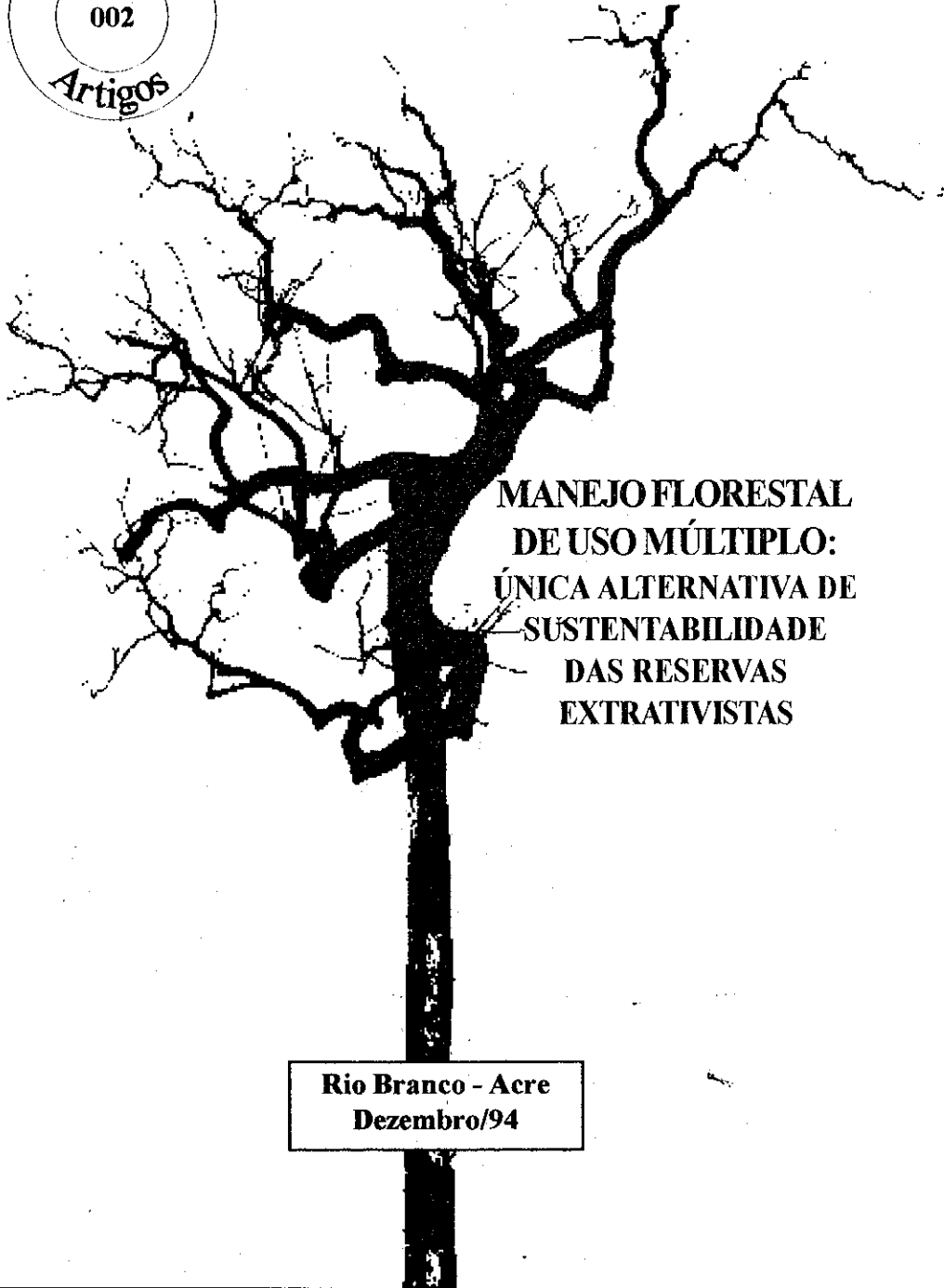




centro  
dos trabalhadores  
da amazônia

**cta**



**MANEJO FLORESTAL  
DE USO MÚLTIPLO:  
ÚNICA ALTERNATIVA DE  
SUSTENTABILIDADE  
DAS RESERVAS  
EXTRATIVISTAS**

**Rio Branco - Acre  
Dezembro/94**

**Presidente do Conselho Diretor**

Professor Arnóbio Marques de Almeida Júnior

**Coordenador Geral**

Eng. Florestal Ecio Rodrigues

**Coordenador de Setor**

Eng. Agrônomo Raul Vargas Torrico

**Elaboração:**

Ecio Rodrigues, Eng. Florestal - CTA

Luiz A. M. de Azevedo, Eng. Florestal - CTA

**Ficha Catalográfica**

Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA. Manejo Florestal de Uso Múltiplo: Única Alternativa de Sustentabilidade das Reservas Extrativistas. Editora Poronga. Série Artigos. Nº 002. Rio Branco. Acre 1994. 40 Pág.

Palavras para indexação: Seringueiros, Reservas Extrativistas, Manejo Florestal.

**Copyriht by - CTA 1994**

**Proibida reprodução parcial ou total**

**Sem prévio consentimento do CTA**

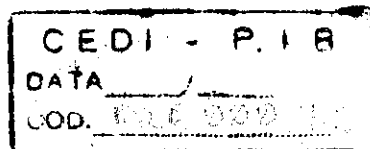
**Impressão:**

Poronga Editoração e Comunicações Ltda. Av. Epaminondas Jácome, 1427, Rio Branco, Acre.

**Tiragem 300 Exemplares.**

# MANEJO FLORESTAL DE USO MÚLTIPLO: ÚNICA ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

## SUMÁRIO



I - Introdução

II - O Manejo de Uso Múltiplo da Floresta

2.1 - Uso Múltiplo de Madeira

2.2 - Uso Múltiplo Florestal

III - Porque o Manejo Florestal ainda não saiu do papel?

3.1 - Impedimentos Técnicos

3.2 - Impedimentos Políticos - Institucionais

IV - A urgência da estruturação das RESEX

4.1 - Pressão sobre o Recurso Florestal

4.2 - RESEX como mecanismo legal de manutenção da Floresta

V - O Manejo Florestal para Reservas Extrativistas

5.1 - A base econômica (monocultura)

5.2 - A panacéia Agroflorestal

5.3 - O Manejo Florestal de Uso Múltiplo (policultura)

VI - Considerações finais

## I- INTRODUÇÃO

O Manejo Florestal de Uso Múltiplo da madeira já aparecia como indicativo de forma apropriada de utilização da Floresta Tropical úmida desde os Projetos desenvolvidos pela FAO na década de 50 em Santarém no Pará.

A formação acadêmica em engenharia florestal, iniciada na segunda metade da década de 60, assumiu a expressão “Uso Múltiplo” relacionando-a única e exclusivamente, ao leque variado de produtos que o fuste de uma árvore poderia oferecer, se caracterizando pelo que se pode chamar de “Uso Múltiplo de Lenho”. Neste período que vai até meados de 80, a engenharia florestal não conseguiu “**ver a floresta que existe além das árvores**”(provérbio inglês comumente usado em macroeconomia).

O desgaste sofrido pelo termo Manejo Florestal Sustentado, decorrente tanto da vulgarização dos Planos de Manejo, aprovados pelo IBAMA e usados como fachada para exploração indiscriminada de madeira, como também pela apropriação do termo por profissionais e políticos não familiarizados com ele, fez com que se criasse no seio da sociedade civil organizada, as ONG’s, principalmente ambientalistas, um preconceito que tem impossibilitado a discussão de utilização deste recurso florestal na Amazônia.

Esta mesma sociedade civil foi responsável pelo movimento que tornou possível a criação das Reservas Extrativistas, que se configuram num importante componente para a Reforma Agrária na Amazônia.

Acontece que estas unidades de Reservas Extrativistas, apesar de assegurarem o uso coletivo da floresta e

garantirem legalmente - se aprovada a legislação que se encontra tramitando no Congresso Federal - a manutenção do recurso florestal, precisam com urgência de modelos econômicos que possibilitem condições de manutenção das unidades produtivas (colocações) do produtor/extrator e do recurso florestal.

É neste contexto que se insere o presente artigo. Ele procura demonstrar que a discussão da proposta de Reservas Extrativistas esta intrinsecamente relacionada com a viabilização técnica e política do Manejo de Uso Múltiplo da Floresta, no sentido real do termo que envolve produtos madeireiros e **não madeireiros**. Para tanto são apresentados inicialmente o histórico do uso múltiplo e os empecilhos para sua implementação. Posteriormente, a proposta de Reservas Extrativistas e sua condição de estruturação e, ao final, são estabelecidos os referenciais que interligam os dois temas dando ênfase à necessidade urgente de se criar um canal de comunicação entre ambos.

## II - O MANEJO DE USO MÚLTIPLO DA FLORESTA

### 2.1 - Uso Múltiplo da Madeira

O Uso Múltiplo da madeira para processamento industrial em serrarias, laminadoras e outros, visando atender a demanda de diversos produtos e possibilitar maior agregação de valor à produção e extração florestal, já tinha sido identificado como premissa básica para a viabilização da atividade madeireira na Amazônia, pelos técnicos que atuaram nos projetos da FAO, desenvolvidos na região desde a década de 50.

Notadamente, os projetos da FAO em Curuá-Una, possibilitaram a criação e implantação do Centro de Tecnologia Madeireira - CTM, ligado à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, e que se constitui no maior e mais bem equipado centro de desenvolvimento e pesquisa de produtos florestais, tropicais, do País. O CTM, hoje infelizmente sucateado, era o responsável pelo treinamento de mão-de-obra florestal e pela pesquisa do aproveitamento do recurso florestal.

Naquela época, se delineava a necessidade da organização das Indústrias Florestais em Complexos Industriais Integrados, que possibilitassem a horizontalização da produção destas indústrias, diversificando o leque de produtos colocados a disposição do mercado, é claro que o nível de integração e horizontalização não poderiam incluir, na época, possibilidades que só depois a tecnologia desenvolveu e o mercado incorporou, como por exemplo os Pequenos Objetos de Madeira e a Briquetagem.

Com a falência dos projetos da FAO e o descaso da SUDAM para com a infra-estrutura do CTM, deixando-o á deriva,

estagnaram-se as iniciativas de diversificação de produtos.

No decorrer deste período até 1987, se observou um abandono das premissas do uso múltiplo que só viria novamente à tona no decorrer do referido ano, quando foi tema do V Congresso Florestal Brasileiro, realizado em Olinda.

Isto caracteriza uma preocupação dos profissionais florestais com o aumento das alternativas de utilização da floresta.

Paralelamente ao extrativismo da borracha e da castanha, a exploração madeireira sempre assumiu papel de destaque na região. A exploração das florestas de várzea e posteriormente também das florestas de terra-firme, vem sendo realizadas praticamente objetivando-se apenas a madeira. Outros produtos da floresta vem sendo explorados de forma empírica como sempre o foram, com resultados econômicos bem inferior ao da madeira.

Em 1985, Higuchi et al, afirmava que a exploração madeireira seletiva quase sempre representava uma operação intermediária no crescente desmatamento da cobertura florestal amazônica. As principais razões apontadas pelos autores eram os projetos agropecuários, de exploração mineral, de aproveitamento de recursos hídricos para energia e outros.

Seis anos depois, Higuchi (1991), relata mudança no quadro de exploração madeireira: a demanda anual por produtos madeiros, incluindo lenha para energia e carvão vegetal, representa cerca de 30 milhões de metros cúbicos - que equivale a uma área de mais de um milhão de hectares - exploradas sem nenhuma preocupação com a sucessão vegetal.

Embora se tenha provado a viabilidade técnica e econômica da exploração mecanizada da floresta de terra firme

(SUDAM, 1977), um dos principais problemas da exploração econômica da floresta Amazônica, é o baixo volume de madeiras comerciais por área (GUERRA, 1974). O que fortalece a necessidade de uso múltiplo.

Budowski (1976) afirmou: "nos trópicos americanos não ha um só caso de floresta tropical úmida heterogênia manejada sob regime de rendimento sustentado". Esta situação ainda não mundou até hoje. Segundo Higuchi (1991), o manejo sustentado da Floresta Amazônica ainda não saiu do papel.

## 2.2 - O Uso Múltiplo da Floresta

Foi ainda em meados de 1987, que uma nova Instituição de pesquisa florestal se incorporou ao cenário amazônico. A Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC, logo no início de suas atividades, procurou encontrar mecanismos para a realização de uma experiência concreta de Manejo Florestal.

O pragmatismo desta Instituição, adquirido no seu contato direto com os problemas sociais, ambientais e econômicos locais, levou-a ao reconhecimento de que o Modelo de Desenvolvimento ideal para a região teria que passar impreterivelmente pelo uso racional do recurso florestal de forma diferente do que vinha sendo realizado.

A equipe técnica da FUNTAC, já em 1987, ao elaborar o projeto "Integração do Desenvolvimento Baseado no Uso da Floresta, Fase 1 - Manejo Florestal para Promover Políticas de uma Produção Sustentável", negociado e aprovado pela Organização Internacional de Madeiras Tropicais - ITTO, além de reconhecer a importância do uso múltiplo, incorpora as possibilidades que a tecnologia de produtos florestais havia desenvolvido.



Nas possibilidades tecnológicas incorporadas pela FUNTAC, considerou-se não só as elaboradas por outras Instituições de Pesquisa, como por exemplo a briquetagem, carvoejamento e pequenos objetos de madeira, mas também as que foram fruto de seu próprio trabalho, como por exemplo os pré-moldados e as chapas de partículas de argila-cimento para uso em habitações, no Acre. Inclusive incorporada pela COHAB/AC dando origem ao primeiro Conjunto Habitacional utilizando resíduos de madeira.

Em 1990, ao elaborar o documento da segunda fase, que tratou especificamente do aproveitamento do recurso florestal, foi concebido o processo de envolvimento das comunidades locais através da conceituação do sistema privado e cooperado de produção.

A FUNTAC, foi a primeira e talvez o único órgão a institucionalizar o conceito de uso múltiplo além da exploração madeireira.

O exemplo mais concreto disto, é que nos levantamentos e nas ações de educação, saúde e desenvolvimento comunitário implementadas na área da Floresta Estadual do Antimary estava permeado o objetivo do uso múltiplo e da participação da comunidade residente, na gestão do manejo.

A FUNTAC fortalece então, a prática de uso múltiplo da floresta, reconhecendo e identificando o potencial dos produtos não madeireiros, até então abordados de forma marginal pelos modelos de manejo florestal tradicionais.

Em Yokoama no Japão, a ITTO promoveu em 1990 o Primeiro Seminário Internacional de Produtos Florestais Não Madeireiros. Neste seminário ficou claro a relevância destes produtos para o manejo florestal. Também em outro seminário internacional sobre

“Iniciativas de Manejo de los Bosques Naturales en Latinoamérica” promovido pela WWF, na Costa Rica em março de 1991, onde se reuniram responsáveis por 14 experiências de manejo em andamento em toda América Latina, se concluiu que o Manejo deve considerar a incorporação de produtos não madeireiros e a gestão comunitária dos recursos.

Os produtos não madeireiros, além de gerarem renda significativa no manejo florestal, possibilitam o engajamento da comunidade residente na floresta na implantação do Plano de Manejo.

O Plano de Manejo de Uso Múltiplo da Floresta, como o que foi elaborado para a Floresta Estadual do Antimary, incorpora e define de maneira clara e objetiva a importância dos produtos não madeireiros como: borracha, castanha-do-brasil, óleo de copaíba, essências, ervas medicinais, oleaginosas, resinas etc. na geração de valor e na viabilização do manejo.

Inclusive o próprio Inventário Florestal e Diagnóstico de Regeneração Natural (CAVALCANTI e RODRIGUES, 1989), da referida área, teve sua finalidade ampliada, na medida em que, avalia a ocorrência dos produtos florestais não madeireiros de maior significância.

Além destas questões de caráter econômico, é fundamental salientar a importância social que adquire o Manejo de Uso Múltiplo. Ao considerar os produtos não madeireiros na proposta de manejo se possibilita que as comunidades que sobrevivem sob a floresta se instrumentalizem e se incorporem ao processo de exploração dos recursos florestais.

Este fato é de fundamental relevância para áreas florestais habitadas, como é o caso da quase totalidade do Estado

do Acre, onde seu território foi conquistado por seringueiros, que a mais de um século praticam a atividade extrativista. A sua condição fundiária é extremamente complexa, pois envolve a indenização de proprietários de direito, que possuem título de propriedade, e proprietários de fato, seringueiros.

O princípio de **gestão comunitária** do manejo, é inclusive, incompatível com a assimilação da comunidade residente como mão-de-obra para iniciativa pública ou privada. Além disso os mecanismos sociais que envolvem a vida no interior da floresta nos permite afirmar que o uso múltiplo só pode atingir seu potencial máximo através da **gestão comunitária**.

Portanto a proposta de Manejo de Uso Múltiplo da Floresta, deverá para estas áreas relacionar os níveis de uso do recurso e as formas de participação dos seringueiros em cada nível, discutida com os próprios seringueiros.

A incorporação dos produtos não madeireiros possibilita a manutenção da forma extrativista de exploração dos recursos florestais, o que minimiza os efeitos de uma transformação brusca de atividade, que fatalmente não seria incorporada pela comunidade, causando níveis de desagregação social com consequências imprevisíveis. A utilização do recurso florestal considerando estas premissas é um ingrediente imprescindível no modelo de desenvolvimento para região.

O Manejo Florestal de Uso Múltiplo, a ser conduzido pela própria comunidade residente na floresta, possibilitará o afastamento da exploração predatória de madeira. O industrial de serraria, figura importante no processo de beneficiamento e comercialização de madeira, se restringindo ao beneficiamento secundário de produtos madeireiros, adquirindo a matéria-prima do manejador extrativista e se afastando do local no qual causa maiores prejuízos que é a floresta.

### **III - PORQUE O MANEJO FLORESTAL AINDA NÃO SAIU DO PAPEL?**

#### **3.1 - Impedimentos Técnicos**

O manejo florestal, quer seja simplesmente madeireiro ou de Uso Múltiplo da Floresta, ainda não foi colocado em prática, ou seja, continua, apesar dos mais de 30 anos de existência das instituições de pesquisas na Amazônia e da exploração privada do recurso florestal, sendo uma utopia para a Engenharia Florestal.

São frequentes afirmações veementes de que o manejo florestal ainda não se concretizou, porque as informações técnicas disponíveis são insatisfatórias inclusive para a realização de uma experiência piloto.

Os defensores destas idéias argumentam que para a efetivação do uso racional do recurso florestal da Amazônia, são necessários ainda maiores estudos sobre a auto-ecologia das espécies objeto da exploração, o que permitira uma melhor identificação das relações no complexo ecossistema.

Por outro lado, pesquisadores e técnicos ligados ao manejo, avaliam com pesar o fato de não terem ainda uma experiência concreta de manejo florestal, afirmando que as informações técnicas disponíveis sobre a Amazônia brasileira, são suficiente para aplicação em Projetos Pilotos de escala comercial.

Enquanto isso, apesar da preocupação dos ecologistas ao requererem maiores estudos para efetivação de uma experiência piloto de manejo Florestal, a Amazônia brasileira têm sido explorada de forma irracional, ilegalmente e o que é pior legalmente através dos

“Planos de Manejo” aprovados pelo IBAMA. Os indicadores numéricos da produção madeireira apontam para a urgência da minimização dos efeitos danosos do atual modelo de exploração.

O rigoroso ponto ótimo de volume de informações, conforme sugerem os ecologistas, parece necessitar de um esforço financeiro e uma disponibilidade temporal, incompatíveis com a velocidade da exploração madeireira na Amazônia. Defender a intocabilidade do recurso florestal até que este utópico ponto ótimo seja atingido é, no mínimo, uma demonstração de insensatez.

Por outro lado, os quase 40 anos de geração de informação sobre a floresta tropical úmida, que as instituições de pesquisa localizadas na Amazônia produziram, certamente devem ser levados em consideração.

As experiências conduzidas pela SUDAM em Convênio com a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará-FCAP, para desenvolvimento de Manejo Florestal em Curuá-Una, as experiências desenvolvidas pelo Centro de Pesquisa do Trópico Úmido-CPATU/EMBRAPA em convênio com o IBAMA, para o Manejo da Floresta Nacional do Tapajós, as experiências da Coordenadoria de Pesquisa em Silvicultura Tropical do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia CPST/INPA na ZF2, a experiência da FUNTAC na Floresta Estadual do Antimary e mais recentemente a experiência desenvolvida pelo IMAZON, uma ONG, com apoio financeiro da WWF, outra ONG, no Pará - incluindo ainda os sistemas de manejo desenvolvidos em outras regiões do mundo como na Malásia e Tailândia - demonstram que o impedimento à efetivação de um Projeto Piloto de Manejo Florestal, não reside na carência de informação técnica.

Este acúmulo de experiências deixa, inclusive, a Amazônia brasileira em posição privilegiada em relação aos outros países da região, que em alguns casos, como o do Peru, já estão conduzindo

seus Projetos Pilotos, com um nível de informação bastante inferior.

### 3.2. - Impedimentos Políticos-Institucionais.

O Manejo Florestal é uma atividade que se diferencia profundamente de outros investimentos por duas razões básicas: a primeira diz respeito ao elevado custo de investimento necessário à sua implantação e a segunda ao extenso período de imobilização do capital decorrente dos ciclos de corte.

Uma rotação (safra) de 25 a 30 anos, como a da floresta tropical, não é nada atraente para o investidor, ainda mais com as condições atuais da economia brasileira.

Sem dúvida, as razões apontadas acima, são as principais causas do afastamento da iniciativa privada das técnicas e pressupostos do manejo florestal adequado, optando também por possuir uma formação imediatista, pelo lucro fácil e rápido advindo da exploração indiscriminada.

Por outro lado a esfera pública, que poderia realizar através dos Institutos de pesquisas, em escala piloto, projetos demonstrativos de manejo florestal e assim oferecer uma experiência concreta para avaliação de sua viabilidade, se vê paralisada, sujeita às intempéries das sucessões políticas. Uma experiência em manejo florestal para ser concluída passa por pelo menos seis gestões políticas no executivo, são seis Prefeitos, Governadores ou Presidentes que deveriam reconhecer a necessidade de tal atividade, sem falar no Legislativo. É exigir demais da nossa classe política.

A saída para este impasse poderia e deveria estar na Sociedade Civil, através das ONG's. Estas Organizações uma vez

envolvidas com esta questão poderiam exercer um papel fundamental para efetivação do manejo florestal.

No entanto as ONG's, tal como a iniciativa privada e a esfera pública também têm seu calcanhar de aquiles. A carência de pessoal técnico qualificado na área florestal, atuando especificamente nestas entidades, faz com que a desinformação seja uma regra.

Esta desinformação tem feito com que se crie e veicule graves equívocos no interior da Sociedade Civil organizada. O principal deles é relacionar, erroneamente, o termo Manejo Florestal sob Regime de Rendimento Sustentado, com os “Planos de Manejo” exigidos pelo IBAMA para liberação da exploração florestal, planos estes que tem se configurado como mero ingrediente burocrático para liberação da exploração.

Esta condição de desinformação e o arraigado preconceito ao manejo, tem tornado as ONG's, verdadeiras refêns do movimento ambientalista nacional e internacional que, salvo raras exceções, desconhecem totalmente a problemática florestal da Região Norte.

Exemplo típico desta condição são as entidades envolvidas na criação e estruturação das Reservas Extrativistas. É incompreensível que estas unidades, que têm por concepção a estruturação de uma economia de base florestal sustentada, proibir-se ou restringir-se a exploração do único produto que hoje poderia realmente garantir o uso florestal destas unidades, a **madeira**.

Diante deste contexto torna-se imperioso a sensibilização desta Sociedade Civil, através das ONG's, para que reconheça a necessidade do Manejo Florestal de Uso Múltiplo e exerça seus mecanismos de pressão de maneira a fazer com que ele se concretize.

## **IV - AS PRESSÕES SOBRE OS RECURSOS FLORESTAIS**

### **4.1 - As Pressões Externas**

Considera-se pressão externa a exercida sobre os Recursos Florestais, através de sua exploração sem preocupações sociais e ambientais, tendo como princípio os interesses econômicos de poucos.

Invariavelmente na Amazônia este tipo de exploração começou com a expansão da fronteira agrícola, amparada pela política governamental da Integração da Amazônia no final da década de 60 e início da década de 70. Sem querer analisar a fundo sua intenção, esta política trouxe em seu rastro os mega-projetos, abrindo as portas para a iniciativa privada multinacional e nacional. Os incentivos dados pelo governo eram bastante generosos e praticamente sem riscos para os empresários.

No Acre aventureiros e grupos organizados vieram atrás destes incentivos subsidiados. Entre eles estavam os pecuaristas, em busca de terras baratas e férteis. Na Amazônia a febre de transformação da floresta em grandes fazendas de gado, em apenas vinte anos, proporcionaram um cenário de destruição e desperdício dos recursos florestais, com consequências sociais trágicas para as populações tradicionais que dependem da floresta para sobreviver. Por outro lado, a classe média local foi convencida pela propaganda desta política, que a modernidade viria através da pecuária, o que provocou uma cisão na cultura extrativista existente.

Milhões de metros cúbicos de florestas foram queimados e viraram fumaça. Um patrimônio biológico ainda desconhecido, de valor incalculável, foi transformado em cinzas. Milhares de famílias foram obrigadas a sair de seus lugares de origem para os



centros urbanos. Esta foi a dívida deixada pelos pecuaristas com apoio do governo na sua política de integração.

Atrás dos pecuaristas vieram os madeireiros sem compromisso com qualquer tipo de manejo florestal. Beneficiados ainda mais pela incapacidade do então IBDF em controlar a exploração seletiva ilegal de madeiras adquiridas por preços irrisórios. Viu-se madeiras nobres (mogno, cerejeira, cedro, castanheira) revendidas sem beneficiamento adequado, na forma de toras ou no máximo em pranchões.

O momento era propício para os aventureiros, não houve interesse na organização de um setor industrial para o beneficiamento da madeira e seus derivados, que trouxesse benefícios locais através da geração de empregos ou arrecadação de impostos, como os observados em outras unidades da Federação. O compromisso com a sustentabilidade era uma utopia, a intenção da política da integração era de a qualquer custo desbravar a floresta, para impor um progresso caótico.

O grande equívoco deste processo foi não utilizar as experiências já desenvolvidas por instituições de pesquisa, que tinham o compromisso com um desenvolvimento baseado no uso racional dos recursos florestais.

A situação hoje não é muito diferente. O IBAMA continua demonstrando ser incapaz de fiscalizar e controlar a exploração seletiva ilegal. Os empresários, por sua vez, alegam serem proibitivos os custos para realização de inventários florestais e planos de manejo. Enquanto isto, a floresta é “ocada” em seu interior, através da retirada de suas espécies mais valiosas. De forma sorrateira e imperceptível até nas imagens de satélite, são abertas as trilhas de arraste da “garimpagem de madeira”.

## 4.2 - As Pressões Internas

As pressões internas aqui abordadas se referem àquelas exercidas diretamente pelo homem que vive na floresta e depende do recurso florestal para sua sobrevivência, seja ele seringueiro, ribeirinho, índio ou que pratique outra forma de extrativismo. Homem este que está ligado a um sistema econômico que extrapola os limites regionais e que portanto é igualmente dependente de uma política econômica nacional, do mercado consumidor e suas variáveis.

Desde o surgimento da figura social do seringueiro no final do século 19 e início do século 20, com a exploração da borracha em grande escala nos seringais nativos, já se passaram cinco gerações que exerceram pressão sobre uma única espécie florestal.

Os seringueiros, principalmente nordestinos vindo da região da seca, ocuparam a Bacia Amazônica da embocadura de seus rios até as nascentes, sob um regime de quase escravidão na extração do látex.

Com a entrada no mercado da produção de borracha oriunda dos seringais cultivados na Malásia, na primeira metade deste século e, mais recentemente, dos cultivos em outras regiões do Brasil, a produção de borracha nativa amazônica apresentou acentuada desvalorização.

As consequências desta desvalorização são, principalmente, a busca de alternativa imediata para geração de renda dos seringueiros, o que tem trazido a substituição do extrativismo florestal pela “pequena” agricultura, “pequena” criação de gado e também a comercialização de madeira.

Esta perda de importância dos produtos florestais na

economia extrativa, fica clara quando se observa o balanço anual da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri-CAEX, de 1992 e constata-se que o maior volume de produtos negociados foram os com base agrícola (arroz, milho, feijão, farinha), subrepujando o volume comercializado de borracha.

Levantamentos sócio-econômicos realizados no Vale do Rio Acre, a partir de 1988, apontam claramente a tendência à agropecuarização das RESEX. Sob o argumento de que a compra do gado pelo seringueiro significa a efetivação de uma “poupança”, os defensores do seringueiro-ecológico procuram justificar a tendência ao investimento no gado daquele seringueiro que consegue capitalizar-se.

Este fenômeno da "Agropecuária" das Reservas caracteriza a ausência de uma proposta para a substituição ou complementação da produção por produtos com base florestal. Isto representa um risco para as Reservas Extrativistas, uma vez que elas sofrerão uma grande pressão para substituição de suas florestas, já que não oferecerão sustentação econômica para o seus habitantes.

#### 4.2 - RESEX como Mecanismo Legal de Manutenção da Floresta

Dentro desta questão aborda-se dois aspectos que se referem à legislação. Um, será a legislação florestal que abrange toda a Floresta Amazônica, onde, conseqüentemente, estão incluídas as Reservas Extrativistas. O outro aspecto refere-se ao da legislação específica das Reservas Extrativistas e o seu uso, aspecto este que se apresenta como novo, se encarmos a Reserva como uma Unidade de Conservação.

O Código Florestal Brasileiro instituído a partir de 1965,

*Manejo Florestal de Uso Múltiplo/RESEX*

tem em sua essência no que se refere à região amazônica uma característica voltada principalmente para regulamentar a exploração florestal existente, do que propriamente traçar um eixo para o uso e preservação da Floresta Natural Amazônica, que na época de sua elaboração ainda não contava com os níveis atuais de desmatamento. O resultado foi um Código não condizente com as realidades locais.

No Código está garantido, pelo menos no papel, que 50% da Floresta Natural da Região Norte é para preservação ou para uso através de manejo sustentado a ser aprovado pelos órgãos competentes (federal e estadual). Fora este percentual estão protegidos ainda, como áreas de preservação permanente, as florestas naturais incluídas no artigo 2º do Código Florestal e ainda, as Unidades de Conservação, que têm formas diferentes de uso, onde são incluídas as Reservas Extrativistas e as Áreas Indígenas.

A criação de Unidades de Conservação, não tem assegurado a intocabilidade dos recursos ou mesmo orientado seu uso em bases técnicas. Na maioria dos casos são criadas no papel, mas na prática não funcionam. As Reservas Extrativistas surgiram de uma proposta vinda dos seringueiros, sendo uma nova concepção de modelo de Unidade de Conservação, que teve o apoio da vanguarda do pensamento acadêmico e não-governamental na década de 80. No entanto sua existência depende fundamentalmente da sua viabilização econômica, social e ecológica, devendo ser administrada pelas populações extrativistas organizadas, o que a diferencia dos outros modelos tecnocráticos.

O viés econômico neste momento é que definirá a sua existência, tendo em vista que a questão fundiária ligada à posse da terra está garantida pelo decreto de criação das Reservas, onde o direito de uso é garantido para cada seringueiro residente na área. A base extrativista das Reservas tem garantido a manutenção da floresta em pé, bem como todas as formas de vida nela existente. No entanto,

a questão econômica se transformou no “calcanhar de aquiles” da sua viabilidade. Com os atuais preços da borracha e a dificuldade de comercialização da castanha, a base econômica extrativista tem se diluído a cada ano. Isto tem forçado as organizações de apoio ao movimento à buscarem novas alternativas de produção com base não só extrativista como também agroextrativista.

Nas “Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia” (CNS, 1991), são traçadas as normas para o uso das Reservas. A sua gestão será feita pelos próprios seringueiros, onde é reforçando a busca de alternativas, introduzindo a questão dos sistemas agroflorestais

Estas experiências são relativamente novas se comparadas aos conhecimentos já disponíveis sobre o Manejo Florestal de Uso Múltiplo. Esta contradição pode ser observada no Plano de Uso das Reservas Extrativistas, onde a questão do Manejo Florestal incluindo a produção madeireira é vetado.

A verdade é que os extrativistas só irão defender a floresta se esta for sua fonte de sobrevivência, como ocorreu com a borracha. Portanto, não adianta somente a legislação criando Reservas ou definindo o que é possível ou não de ser usado como recurso, se as leis não considerarem a situação real das populações que ali vivem. Como estamos habituados à leis que não “pegam”, a proteção legal oferecida pelas Reservas para a manutenção da floresta não será suficiente se de fato não houver uma comunidade florestal residente, que realmente viva e se reproduza numa economia de base florestal.

Para concluir, é importante salientar a necessidade de se rediscutir junto às organizações que apoiam o movimento dos trabalhadores extrativistas, a questão da introdução gradual do Manejo Florestal de Uso Múltiplo em bases sustentáveis, pelo próprio feedback

já existente na Amazônia, tendo ainda a possibilidade de um mercado garantido a curto prazo para os produtos Madeireiros. Certamente será necessário a elaboração de programas de desenvolvimento de acordo com a realidade de cada área, para identificação de seu potencial extrativo. Estes programas deverão ser baseados nas técnicas e no conhecimento etnoflorestal, formando a base para o gerenciamento das Reservas, calcada no Uso Múltiplo dos seus recursos florestais.

## **V - O MANEJO FLORESTAL PARA RESERVAS EXTRATIVISTAS**

### **5.1 - A Base Econômica (monocultura e/ou binocultura extrativista)**

Qualquer sistema econômico que se baseie na extração, beneficiamento e comercialização de um único produto, como no caso da borracha, ou dois produtos, adicionando-se a castanha, tem uma margem reduzida de sobrevivência às flutuações de mercado. Sem querer entrar no mérito da necessidade econômica e social do protecionismo, através da TORMB, à produção gomífera nativa da Amazônia, a base produtiva nas áreas de Reservas Extrativistas precisa ser ampliada.

Esta ampliação pode acontecer tanto a nível de produto, com a diversificação dos produtos de borracha e castanha que agregariam maior valor à produção, ou a nível de matérias-primas, com a incorporação do Manejo Florestal de Uso Múltiplo. A possibilidade de produção de uma borracha de melhor qualidade, de artefatos de borracha, de doces e subprodutos de castanha, devem ser mais exploradas. Com relação ao Manejo Florestal de Uso Múltiplo, que se baseia em um sistema de policulturas florestais, a sua efetivação traria uma base extremamente diversificada de produção.

No entanto um dos principais entraves para efetivação destas possibilidades reside na bagagem sócio-cultural que este produtor extrativista acumulou ao longo da história de ocupação da região. A relação selvagem de trabalho e dependência para com o patrão, a não efetivação do domínio da colocação que incentivava a migração e caracterizava um sistema nômade de exploração, e talvez o mais importante, a idéia do produto objeto de coleta, de valor incalculável e gerador de extrema riqueza que a Amazônia até hoje procura para

substituir a borracha, são peculiaridades do extrativismo que dificultam a incorporação de novas propostas.

## 5.2 - A Panacéia Agroflorestal

Falar em Sistemas Agroflorestais (SAF's) a bem pouco tempo atrás na Amazônia seria provavelmente um desperdício de tempo. Com a difusão da idéia, hoje se observa o comum e perigoso consenso de que este modelo é o verdadeiro remédio para todos os males.

A EMBRAPA incorporando o consenso transformou as Unidades Estaduais de Pesquisas em Centro de Pesquisas Agroflorestais (CPAF), os órgãos federais direcionaram suas linhas de fomento para o financiamento à implantação de SAF's, o DENACOOOP por exemplo do MARA com seu Programa Agroambiental para a Amazônia, recebe com satisfação projetos que consorciavam culturas permanentes e temporárias nos modelos dos SAF's.

Estes Sistemas precisam ser entendidos no horizonte determinado na sua concepção. Ou seja, são modelos desenvolvidos para a viabilização ecológica e agronômica da agricultura. O componente florestal é incorporado exatamente para permitir esta viabilização e além disso gerar uma renda agregada a médio prazo.

Neste contexto a implantação de SAF's sem dúvida tem uma importância significativa para as áreas destinadas à agricultura, como no caso dos Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD) do INCRA e na recuperação de áreas degradadas pela pecuária e agricultura itinerante de ciclo curto.



Já no interior da floresta, nas Reservas Extrativistas, a não ser em casos da existência de áreas degradadas, os SAF's devem ser avaliados com restrição até mesmo para viabilizar a agricultura de subsistência.

A Amazônia precisa assumir sua vocação florestal e concentrar esforços na viabilização de modelos que estruturem uma economia de base florestal, como é o caso do Manejo Florestal de Uso Múltiplo. Toda atividade econômica tem importância na região, até mesmo a pecuária, mas devem ser consideradas como componentes paralelos de um Modelo de Desenvolvimento Florestal.

### 5.3 - O Manejo Florestal de Uso Múltiplo (policultura)

O grande argumento utilizado pelos historiadores econômicos da Amazônia é o de que uma vez fracassada as tentativas de sedenterização do homem amazônida através da agropecuária, a Amazônia estaria sujeita à estagnação causada pela decadência do seu então principal produto, a borracha. O que se verificaria, então, é que a Amazônia estava fadada ao fracasso pois jamais sairia da coleta.

Vincular o modo de produção através da coleta, (extrativismo), a não sedenterização é um equívoco, pois pressupõe a coleta até a exaustão de determinado produto e a conseqüente busca de novas áreas, o que não acontece na concepção do extrativismo moderno.

Além de uma variável de extrema significância não avaliada por estes autores que é a capacidade deste produtor se organizar e assim compreender o perigo da exaustão de determinado recurso, as Reservas Extrativistas se baseiam na premissa de produção de especiarias. Um leque variado de produtos que são explorados em

determinadas épocas do ano, escolhidos de acordo com seu valor de mercado, ou das facilidades de exploração. Critérios utilizados por cada produtor/extrator, que teria diversas opções para evitar a exaustão de qualquer produto, quer seja ele de maior ou menor importância relativa.

Existem também os argumentos relativos à inviabilização do extrativismo devido a domesticação das espécies vegetais e/ou sua gradual substituição por sintéticos. O exemplo da borracha é comumente usado para basear estas informações. Mas a borracha levou, no Brasil, algumas décadas para ser domesticada e o fantasma do “Mal das Folhas”, causado pelo *Microcyclos uley*, ainda ronda os cultivos existentes. Por outro lado ainda não se conseguiu substituir integralmente a borracha nativa por sintéticos, derivados do petróleo. Materiais cirúrgicos e preservativos masculinos (camisinha) só podem ser confeccionados de borracha natural.

Toda esta argumentação está voltada para um único produto, a borracha. Imagine-se agora se considerarmos um leque de dezenas de produtos florestais, alguns de ocorrência restrita à Amazônia, sendo que nenhum provavelmente terá o valor e importância isolada alcançado pela borracha, que justifique o investimento na sua domesticação e/ou substituição. Por outro lado, suponhamos que economicamente valesse a pena e que a tecnologia disponível permitisse reduzir sensivelmente o tempo necessário à domesticação e/ou substituição. Esta situação utópica seria amenizada com a riqueza em biodiversidade que a Amazônia oferece.

O Manejo Florestal de Uso Múltiplo é exatamente a viabilização de policulturas e produção de especiarias. O nomadismo, a domesticação e a substituição por sintéticos, poderão ser minimizados na transformação da colocação em pequenas unidades de produção florestal. Somente através do aproveitamento de raízes, ervas, arbustos e árvores através do Manejo Florestal de Uso Múltiplo e a conseqüente viabilização de uma economia de base florestal se poderá realmente

ver uma luz no fim do túnel para manutenção e conservação da Hiléia Amazônica

## **VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que foi exposto, pode-se relacionar as seguintes considerações:

- 1 - As informações existentes hoje sobre a floresta tropical amazônica permitem, com segurança, a realização de projetos pilotos de Manejo Florestal de Uso Múltiplo em escala comercial;
- 2 - Os impedimentos políticos-institucionais são os maiores responsáveis pela não existência de uma experiência concreta de manejo florestal;
- 3 - A formação imediatista do empresário nacional faz com que ele não acredite no investimento florestal;
- 4 - As condições econômicas atuais não possibilitam que o manejo florestal seja atrativo para investimento da iniciativa privada;
- 5 - O Setor Público não suporta realizar um projeto de manejo devido, principalmente, às variadas mudanças na gestão política, que o período de rotação (25-30 anos) está sujeito;

- 6 - A ilusória vantagem econômica oferecida hoje pela atividade agropecuária faz com que o produtor/extrator seringueiro abandone paulatinamente a atividade florestal;
- 7 - A tendência à agropecuarização das Reservas Extrativistas (RESEX), é uma realidade e se contrapõe sensivelmente ao conceito de RESEX, uma vez que assume a atividade agropecuária em detrimento da atividade florestal;
- 8 - Sistemas agroflorestais devem ser indicados para implantação em áreas de produção agrícola, como os Projetos de Colonização;
- 9 - A instalação de Sistemas Agroflorestais em áreas de RESEX é conceitualmente contraditório, uma vez que, a RESEX por concepção pressupõe a utilização da floresta como a atividade responsável pela sua viabilização econômica, sendo a agricultura destinada única e exclusivamente para subsistência e não como atividade geradora de renda;
- 10 - Só o Manejo Florestal de Uso Múltiplo poderá oferecer às unidades de Reservas Extrativistas a sua tão necessária e esperada sustentabilidade.

## VII- LEITURAS RECOMENDADAS

BUDOWSKI, G. Los Recursos naturales en el desarrollo del Tropic Humedo. In: Reunion sobre desarrollo regional de Tropic Americano(IICA-TROPICOS). Belém. Pará. 1976.

CNS, Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia. Rio Branco. 1991. 52 pp.

CTA/CESE, O Desenvolvimento Regional e as ONG's. Relatório final de seminário. Salvador. 1992. 40 p.

CTA. Produção Madeireira em Reservas Extrativistas. Série Artigos Nº 001. Ed. Poronga. Rio Branco/AC. 1993. 60p.

DEAN, Warren, A luta pela Borracha no Brasil, um estudo de história ecológica. Ed. Nobel. São Paulo. 1989. 286p.

CAVALCANTI, Francisco J.B. Manejo Florestal Sustentado, de Uso Múltiplo, para a Floresta Estadual do Antimary (Acre). Dissertação de Mestrado. INPA. Manaus. 1992. 143p.

CAVALCANTI, Francisco J.B. e Rodrigues, Ecio - Inventário Florestal e Diagnóstico da Regeneração Natural da Floresta Estadual do Antimari. FUNTAC. Rio Branco. 1991. 160p.

FEARNSIDE, P. M. Extractive Reserves in Brazilian Amazonia. An opportunity to maintain tropical rain forest under sustainable use. American Institute of Biological Sciences. Vol. 39. Nº 6. 1989. 387-393.

FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE - FUNTAC. Desenvolvimento Rural Baseado no Uso Sustentável dos Recursos Florestais - Apoio ao Extrativismo no Estado do Acre. Projeto aprovado pelo BID. Rio Branco. 1988. 60p.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico do Extrativismo Vegetal (castanha e borracha) no Vale do Rio Acre. Rio Branco. 1987. 8p.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico Multidisciplinar de uma Reserva Extrativista e Implementação de Unidade Piloto para Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Florestais no Estado do Acre. Projeto aprovado pela Fundação Ford. Rio Branco. 1988. n.p.

\_\_\_\_\_. Integração ao Desenvolvimento Baseado no Uso Racional dos Recursos Florestais - Fase I Manejo Florestal para Promover Políticas de Produção

*Manejo Florestal de Uso Múltiplo/RESEX*

- Sustentável. Projeto aprovado pela ITTO. Rio Branco. 1988. 29p.
- Integração ao Desenvolvimento Baseado no Uso dos Recursos Florestais - Fase II Tecnologia de Aproveitamento de Produtos Florestais. Projeto aprovado pela ITTO. Rio Branco. 1991. 32p.
- GUERRA, F. C. Perspectivas do Setor Madeireiro na Amazônia in: II Congresso Florestal Brasileiro. Anais. p.172-175. 1974.
- HIGUCHI, N.; Jardim, F.C.S.; Santos, J. dos Alencar, J.C., Bacia 3 - Inventário Diagnóstico da Regeneração Natural Acta Amazônica, XV (1-2): 199-233. 1985.
- HIGUCHI, N. Experiências e Resultados das Intervenções Silviculturas na Floresta Tropical Úmida Brasileira. Anais: O Desafio das florestas Neotropicais. Curitiba. 7 a 12 de abril. UFPR. 1991.
- HOMMA, Alfredo K. O., A extração de recursos naturais renováveis: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia. Tese de Doutorado. Universidade de Viçosa. Viçosa. 1989. 575p.
- IBAMA, Mercado Brasileiro de Borracha Natural, Principais Indicadores de 1991. Relatório para reunião. DECOM/DIREM. Brasília. 1991. 7 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Portaria P/N 627 de 30 de julho de 1987. Brasília. 1987. 3 INCRA. Projeto de Assentamento Extrativista: proposta elaborada pelo GT criado pela Portaria P/N 352 de 30 de abril de 1987. Brasília. 1987.
- NOBRE, A. C. Forest'90. Mesa Redonda Alternativas para o Desmatamento e Política Florestal Necessária. Simpósio. Manaus/Am. 1990. palestra.
- KAGEYAMA, Paulo. "O Desenvolvimento da Amazônia", Seminário. CNDDA. Rio Branco/Ac. 1993. palestra.
- RODRIGUES, Ecio. Mapeamento das Relações Sócio-econômicas das Reservas Extrativistas do Cachoeira e São Luis do Remanso. FUNTAC. Rio Branco/AC. 1991. 82p.
- SILVA, José de Arimatea. Estudo de Seringal Nativo. Floresta Estadual do Antimari. RTPa 5. FUNTAC. Rio Branco/AC. 1991.
- SUDAM - Exploração Mecanizada em Floresta de Terra Firme, Belém, 1978. 80p.
- VIANA, Jorge. "Seminário Interno." FUNTAC. Rio Branco/Ac. 1990. palestra.